

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: OESP (Espaço Aberto)

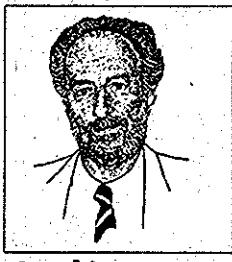
Data: 13/4/2001 Pg: 21

Class: 68

WASHINGTON NOVAES

Para não termos vergonha

Desde a divulgação da *Síntese dos Indicadores Sociais 2000*, em que o IBGE retrata as transformações do País na década passada, reacende-se a discussão sobre o que fazer para minorar ou corrigir a dramática concentração de renda, em que 1% da população tem tanto quanto os 50% de menor renda, juntos, aqui incluídos cerca de 50 milhões de pessoas consideradas pobres e, nestas, 25 milhões abaixo da linha de pobreza.



Se dêssemos atenção ao que o País discute na Agenda 21, ganharíamos muito tempo

Pena que a comunicação continue dando pouca ou nenhuma importância ao processo de construção da *Agenda 21 Brasileira*, em desenvolvimento há uns três anos. Seja nos diagnósticos setoriais produzidos, seja nas discussões preliminares, seja no documento *Bases para a Discussão*, ou seja ainda nos debates em todos os Estados, produziram-se visões de realidade, propostas de estratégias e de ações pontuais que poderiam ser muito úteis no encaminhamento de soluções para esse problema que nos faz corar.

A primeira grande estratégia proposta a partir do diagnóstico setorial é a mais óbvia e talvez a mais difícil de conseguir: na projetada e sempre adiada reforma fiscal, estabelecer maior taxaçaõ das rendas mais altas de pessoas físicas e, com o produto da arrecadaçaõ, implantar várias políticas compensatórias. Lembra-se ali que o Brasil é um dos países com menor progressividade no Imposto de Renda de pessoas físicas. A taxaçaõ maior mal passa de 25% (já chegou a ser 35% em tempos recentes), quando em muitos países vai além de 50% para o nível mais alto

de rendimentos. Um segundo caminho seria exonerar da cobrança de impostos os bens de consumo dos segmentos de menor renda – maneira indireta de aumentar-lhes os rendimentos. Um terceiro caminho, ainda na área fiscal, seria combater sem quartel a sonegaçaõ e a elisãõ de impostos.

Também na área fiscal, sugerem as propostas que se estude um deslocamento da ênfase da taxaçaõ, que passe do capital e do trabalho para o consumo de recursos naturais – tendência já em curso em muitos países. A reforma tributária não poderá deixar de voltar-se para a chamada guerra fiscal entre os Estados, que, passando por cima da legislaçaõ, e a pretexto de atrair investimentos e postos de trabalho para este ou aquele Estado, simplesmente torna inviáveis as finanças estaduais, com contrapartidas mínimas – quando existem – na área social. Há Estados em que cada posto de trabalho criado implica a renúncia fiscal de até R\$ 1 milhão. Sem falar em que esse sistema de renúncias – dizem os estudos – beneficia fundamentalmente Estados já com maior participaçaõ na renda.

As propostas, já arroladas pela discussãõ da *Agenda 21*, para combater o desemprego e a concentraçaõ da renda incluem ainda: reduçaõ da jornada de trabalho, tal como tem sido feito com êxito em alguns países; reduçaõ das horas extras; criaçaõ de frentes de trabalho, principalmente em regiões do semi-árido (convém lembrar que Minas Gerais já decretou estado de emergência para sua regiãõ norte, por causa da seca em plena estaçaõ das águas, e que o mesmo já acontece em várias partes do Nordeste); distribuçaõ de cestas básicas nas áreas mais carentes.

No momento em que tantas análises dão a impressãõ de que na agricultura brasileira só existe o agribusiness, a *Agenda 21* aponta as imensas possibilidades de a agricultura familiar desempenhar um papel decisivo na geraçaõ de postos de trabalho para os quase 20% da populaçaõ que ainda vivem na zona rural. Para isso seria decisiva – como têm destacado em artigos neste jornal os professores Ignacy Sachs e José Eli da Veiga – uma mudança nas relaçaões entre o rural e o urbano. Deixar de entender que o rural é só agricultura e que agricultura é apenas a produçaõ de grãos, principalmente exportáveis. Entender o rural como possibilidade de produçaõ e beneficiamento de matérias-primas industriais; como fruticultura; co-

mo floricultura; como exploraçaõ sustentável da diversidade biológica (plantas medicinais, alimentos etc.); como turismo rural; como possibilidade de uma assistência mais completa e humanitária a idosos. Além do mais, se não se mudar a atual visãõ do rural, que se pretende? Continuar estimulando o êxodo rural, um dos principais fatores para que mais de 90 milhões de pessoas se somassem à populaçaõ das cidades em pouco mais de 30 anos? Continuar inchando periferias inadmissíveis? Continuar erroneamente obrigando alunos da zona rural a estudar nas cidades, mesmo contra a sua vontade, sob o pretexto de que precisam ter os benefícios da urbanizaçaõ – quando o que se deveria é promover um esforço intenso de aprimoramento e tecnificaçaõ do ensino rural?



Nas periferias urbanas, sugerem as discussões, é preciso haver um esforço imediato de implantaçaõ das infra-estruturas deficitárias, paralelamente a um esforço de conceber e executar programas especiais para famílias carentes chefiadas por mulheres – mais vulneráveis –, para crianças e adolescentes em situaçaõ de risco, para afrodescendentes, para grupos indígenas privados de suas terras.

Um esforço concentrado terá de ser feito em torno de programas que combatam a evasãõ escolar, num primeiro momento, e sejam capazes, em seguida, de enfrentar esse drama que é o analfabetismo funcional. Não há nenhuma fórmula mágica, talvez mesmo nenhuma novidade. Apenas o que o bom senso recomenda. Se fôssemos capazes de prestar atençaõ ao que o País está discutindo na *Agenda 21*, ganharíamos muito tempo. E teríamos menos vergonha.

Washington Novaes é jornalista

E-mail: novaes@ih.com.br